

Bracher volta aos EUA para iniciar a fase mais difícil das negociações



Fernão Bracher

BRASÍLIA — O Assessor Especial do Ministério da Fazenda para a negociação da Dívida Externa, Fernão Bracher, voltará aos Estados Unidos, provavelmente na próxima semana, para retomar as negociações com os credores. Sua principal preocupação será reforçar o trabalho do Comitê Assessor dos Bancos, com o objetivo de completar o mais rápido possível o aporte de recursos para o empréstimo-ponte de US\$ 3,4 bilhões milhões com o qual o Brasil pretende quitar os juros atrasados, sair definitivamente da moratória e reescalonar seus pagamentos até 1989.

— Tivemos ganhos no acordo provisório. Mas agora a negociação é muito difícil, muito dura, e não há nenhuma garantia do acordo final — adverte o ex-Presidente do Banco Central, que recentemente passou 21 dias em Nova York, negociando com os banqueiros. Confiante nos resultados que obteve, e certo de que será em novas bases a negociação que o País fará com o FMI, ele prevê a adoção de medidas que contenham o inflação e o déficit por parte do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

— É exatamente isso que vai acontecer. Depois, tendo tomado as medidas que achar conveniente, em consenso com a sociedade, com os partidos políticos, a partir da orientação que terá do Presidente da República, teremos um programa para apresentar ao Fundo Monetário Internacional — disse Fernão Bracher.

Na sexta-feira da semana passada, após discutir com a Comissão para a Dívida Externa do Senado e participar da elaboração de quatro telex encaminhando aos bancos o texto do contrato para o empréstimo-ponte, Bracher viajou com a família para o interior de São Paulo.

O Assessor Especial do Ministério da Fazenda para negociação da dívida Externa concedeu ao GLOBO a seguinte entrevista exclusiva, sobre as negociações que durante 21 dias manteve, nos Estados Unidos, com os credores do Brasil:

O GLOBO — A opinião dos especialistas é que a moratória significa uma medida de força, capaz de assegurar resultados favoráveis. Se nós pagamos US\$ 500 milhões essa força não acaba?

Bracher — Não. E digo mais. A moratória não se esgotou. O que aconteceu? Nós voltamos a pagar os meses de outubro, novembro e dezembro — e só esses — porque eles nos deram dois terços de financiamento. Logo, nos deram recursos para tanto. E ficou claro que nós só voltaremos a ficar correntes (pagar em dia) a partir de janeiro, se tivermos suporte da comunidade financeira. Sem isso, não teremos condições de pagar. Portanto, a moratória foi suspensa temporariamente. E o que realmente ocorre. Até mesmo as autoridades americanas reconheceram que os juros devidos pelo Brasil,

de 20 de fevereiro a 30 de setembro, só serão pagos se, e quando, tivermos concluído as negociações, em 16 de junho de 1988. A moratória não é uma arma, porque dificilmente nós temos forças, sozinhos, para ameaçar. Ela é, isto sim, um instrumento que impede a diminuição da nossa força. É a recusa consciente de deixar que as reservas caiam abaixo de um nível tecnicamente aconselhável e condizente com a posição soberana de nossos interesses.

O GLOBO — Quais as garantias que o senhor tem, de que o País fará uma negociação que atenda seus reais interesses, se o acordo provisório limita-se a um empréstimo-ponte e a um pagamento simbólico?

Bracher — Aí me parece que se trata de um problema de falta de informação. O acordo provisório vai bem. Por exemplo: não é só a garantia de um financiamento de 66% (que poderá chegar a 75%) das necessidades do País para pagamento dos juros deste ano, em torno de US\$ 3,4 bilhões. Além disso, eles aceitaram a

Esperamos negociar com vigor para eliminação e redução dos 'spreads' ao nível da proposta original

idéia da securitização em prazos longos, da maneira como foi proposta, sem pagamento naqueles anos de carência. Agora vejamos: o Brasil fez um acordo provisório, sem ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pagamos, agora, a mesma taxa do México e para isso, deverão ser levantados US\$ 3 bilhões, pelos bancos credores.

O GLOBO — Fala-se na desvinculação dos desembolsos dos bancos, de um acordo do Brasil o FMI, mas há o temor de que, mais tarde, como consequência de pressões, o Brasil possa ceder também nesse capítulo?

Bracher — O temor, o cuidado, a atenção para que algo não aconteça é saudável. Mas imaginar que isso possa acontecer é pouco razoável. O Ministro Bresser Pereira já reiterou que não fará qualquer acordo com o FMI, ou com os bancos e nós já obtivemos o apoio para a nossa tese, ao menos para o ano de 1987, e para 1988 temos a promessa da não oposição dos Ministros da Fazenda dos dois principais países envolvidos. É uma importante vitória.

O GLOBO — O senhor acha viável, celebrar um acordo com o FMI, diante dos problemas que o Plano Bresser enfrenta, como inflação alta, déficit crescente e rompimento da política salarial?

Bracher — O que você me diz é que a economia está ruim, e por isso não podemos assinar um acordo com o FMI. Se a economia está ruim, o que nos incumbe, com ou sem o Fundo, é tomar as medidas que induzam a economia a melhorar. Por isso mesmo é que o Ministro da Fazenda previu a atualização trimestral do

plano econômico, mostrando onde os objetivos não foram atingidos e as correções de rota necessárias. É exatamente assim que ele vai proceder. Depois, tendo tomado as medidas adequadas que achar conveniente, em consenso com a sociedade brasileira, com os partidos políticos, com a orientação do Presidente da República, este programa será apresentado ao Fundo, que deverá acolhê-lo ou não. Esperamos que seja um programa adequado e que seja acolhido. Ao longo do cumprimento desse programa é possível que algumas metas não sejam atingidas. Se não forem, poderá haver negociações. Mas aí, como esse programa será desvinculado dos bancos, o eventual não atingimento de uma ou outra meta — que ocorre até na vida comum — não terá mais aquelas repercussões danosas de antigamente. Porque teremos apenas a cessão do desembolso do Fundo e não a outra muito maior, dos bancos.

O GLOBO — Não lhe assusta, o nível de instabilidade política em que vivemos, onde a Autolatina desafia o Governo, e em que o mandato e o regime de Governo não saem da ordem do dia e a Constituinte restringe o investimento externo?

Bracher — Efetivamente nós passamos por um período de transição que não é fácil. Entretanto, ao mesmo tempo em que se vê episódios lamentáveis, como o da Autolatina, assistimos a congregação de forças, pela sociedade civil, que são encorajadoras. E percebe-se que a crise pela qual passamos é uma crise de crescimento. E como depois de um tempo em que se tem o braço engessado. Às vezes, durante algum tempo, continuamos fazendo alguns gestos descontrolados. Vemos a sociedade civil ainda sem ter consciência de que é dona de si mesma e de que tem suas próprias responsabilidades. Ela começa, agora, a assumir a sua posição. A formação de um grupo de centro, no Congresso é indicativa dessa tendência. A arregimentação de forças para consolidar conquistas civis é muito importante.

O GLOBO — Pela leitura dos telex divulgados até agora, conclui-se que há disposição de se voltar a fazer pagamentos regulares a partir de janeiro sem qualquer garantia de financiamento. Não poderemos enfrentar novamente o a classificação?

Bracher — Não ficou nada decidido a respeito disso. Uma coisa que é importante é o seguinte: nós entramos em negociação com o objetivo de acabar com a moratória e voltarmos à normalidade do mercado financeiro mundial. Mas isso dentro dos termos da nossa proposta. Quais os instrumentos e de que maneira se dará esse suporte é exatamente o objetivo da negociação, incluindo a aferição dos montantes necessários. Note-se que a proposta de 25 de setembro é muito inovadora. No sentido da desvinculação das fontes supridoras, exigindo um esforço dos bancos, da desvinculação de contratos; da criação de bônus; do estabele-

cimento de instrumentos automáticos para proteger-nos contra flutuações dos juros e dos preços das matérias-primas. E preciso dar tempo para que isso seja discutido.

O GLOBO — O primeiro prazo do calendário provisório vence no próximo dia 30... Bracher — Se eles conseguirem levantar até lá o dinheiro, é possível que haja algum atraso da parte deles no levantamento dos US\$ 3 bilhões, o que não é uma tarefa fácil.

O GLOBO — Aí vem a segunda rodada que vence em fevereiro, para efeito dos US\$ 3 bilhões?

Bracher — Não. Desde já os bancos se obrigaram a aportar US\$ 3 bilhões, dos quais US\$ 1 bilhão para desembolso imediato e US\$ 2 bilhões para desembolso em 16 de junho. O desembolso se dará, ou não, conforme tenham se cumprido as etapas intermediárias. Somente quando tudo tiver sido acertado, nas negociações, é que teremos o levantamento dos US\$ 2 bilhões e o término da moratória pelo pagamento do saldo de 20 de fevereiro a 30 de setembro.

Agora a negociação é muito difícil, muito dura e não há garantia de que se chegue ao acordo final

O GLOBO — Mas nesse momento já teremos que ter recursos para pagar 1987.

Bracher — Sim. Mas nós queremos US\$ 3 bilhões para 1988 e US\$ 3 bilhões para 1989. Nesse momento já terá sido definido como vamos pagar o dinheiro levantado para 1987. Pagaremos como? Com um novo empréstimo de mais longo prazo. O empréstimo que hoje se faz, de curto prazo, se transformará em empréstimo de longo prazo.

O GLOBO — As comissões que estavam fora de moda, reapareceram. O senhor não acha que vamos pagar muito caro por um empréstimo que, no momento, beneficia mais aos bancos, em virtude da reclassificação de créditos, do que a nós?

Bracher — Não acho correto dizer que beneficia mais aos bancos. Beneficia a ambos. Se o objetivo final do Brasil é a normalização de sua situação financeira em relação ao sistema bancário internacional, esse objetivo seria consideravelmente atrasado, no caso de haver a desclassificação de nossas contas. Seria uma coisa suportável, imagino, mas conveniente de se evitar. Efetivamente, as comissões não foram pagas nos últimos empréstimos e a única razão que justifica sua existência, agora, é que nos últimos empréstimos não houve *new money*, isto é, um aporte de recursos novos, para pagamento de juros. De qualquer forma é um item, sem dúvida, a ser reduzido, e que esperamos, na segunda etapa, voltar a negociar com vigor, para eliminação e redução do *spread* (taxa de risco) aos níveis da nossa proposta original.